

Zélia espera respaldo do Congresso

por Marta Salomon
de Brasília

O governo deu o primeiro passo ontem na busca do apoio político do Senado Nacional para a renegociação da dívida externa. "As soluções devem encontrar respaldo nesta casa", disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na abertura do seminário sobre o endividamento externo promovido pelo Senado.

O "extraordinário significado" do seminário, destacado pela ministra, não é apenas retórico. A nova Constituição atribuiu aos senadores o poder de autorizar operações externas de natureza financeira. "O Senado pode anular um

acordo com os credores", confirmou o embaixador Jorio Dauster, negociador da dívida.

Mais que homologar o acerto do Brasil com os credores externos, os parlamentares ganharam com a Constituição a prerrogativa de fixar parâmetros para a negociação da dívida.

O mesmo artigo 52 da Carta atribui ao Senado a tarefa de "dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo".

O presidente da comissão de assuntos econômicos, senador Severo Gomes (PMDB/SP), defende que sejam definidos limites para o pagamento da dívida

sem radicalismo: "uma coisa é estabelecer parâmetros, outra é estabelecer condições rígidas que até impeçam a negociação", ponderou.

É possível que o Senado imponha um limite para ao pagamento da dívida vinculado à taxa de crescimento da economia e a tendência é negociar este limite com o governo. "O Legislativo não pode agir unilateralmente", avalia o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP). "O governo deveria se antecipar às pressões e propor um limite para o pagamento", sugeriu.

O PAPEL DO SENADO

"Se o Senado for atrope-

lado, poderá recusar-se a homologar os acordos", ameaçou Severo Gomes. Ele prevê que nas próximas duas semanas a discussão sobre os limites e condições do endividamento deverá ganhar corpo no Senado.

Por enquanto não há consenso entre os senadores sobre o tratamento que deve ser dado à dívida externa.

Na mesa-redonda promovida ontem à tarde no seminário, o líder do PDS, senador Roberto Campos (MT), lembrou que há um século e meio os políticos estão divididos entre os que querem honrar os contratos e os que defendem que a dívida é impagável.